

# Hospital do Gama denuncia máfia dos atestados de óbito

Fátima Xavier

Da equipe do Correio

O diretor do Hospital Regional do Gama (HRG), Élvís Adriano Oliveira, denunciou, ontem, a falsificação de três atestados de óbito de pacientes que chegaram mortos ao hospital.

Os atestados teriam sido assinados pelo médico José Antônio Cantuária, mas com o número de registro no CRM de outro profissional que saiu de Brasília em 1978. Cantuária nega ter assinado os atestados.

Todas as declarações de óbito teriam sido fornecidas pela filial da Funerária Universal Ltda, de Taguatinga, e têm como declarantes os funcionários Hamilton Porto (dois atestados) e Aparecido de Carvalho Cordeiro.

Cantuária admitiu que conhece a funerária porque trabalhou muito tempo no Hospital Regional de Taguatinga.

“Estou à disposição do HRG para prestar qualquer esclarecimento e vou tomar as providências cabíveis porque estão usando o meu nome”, afirmou Cantuária.

**Cartório** — O diretor do HRG formalizou a denúncia na 14ª Delegacia de Polícia do Gama. O delegado Duarte Martins vai officiar todos os cartórios para investigar os atestados de óbito emitidos nos últimos seis meses.

Os atestados falsos são de Expedito Soares de Souza, Lucas Nonato Gusmão e João Raimundo Fabrício de Oliveira, falecidos nos dias 2, 11 e 14 deste mês respectivamente.

Quando um paciente chega ao

Carlos Moura



*José Cantuária (E) nega a Élvís Oliveira ter assinado os atestados falsos*

hospital sem vida, os médicos encaminham o corpo ao Instituto Médico Legal (IML) para identificação da causa do óbito. Nenhum dos três pacientes foi levado ao IML.

A viúva de João Raimundo Fabrício de Oliveira, Maria Isabel Fabrício, disse que pagou R\$ 550 por todo o serviço funerário, mas a empresa só forneceu nota fiscal de R\$ 500. “Os R\$ 50 foram para pagar o médico que deu o atestado”, disse Isabel.

O diretor do hospital considera a possibilidade de os atestados terem sido usados para acobertar algum crime, pois, caso contrário, a autop-

sia teria sido feita normalmente.

Ele acredita que podem, também, indicar a existência de uma máfia de funerárias: “Pode ser a ponta de um novo”.

Ele disse que, se constar algum indício de morte violenta, poderá até pedir a exumação dos cadáveres. A denúncia pode levá-lo a constatar crime de falsidade ideológica (pena de um a cinco anos) e de documento (de dois a seis anos).

O proprietário da Universal, Cláudio, não quis dar entrevista nem permitiu que funcionários fornecessem informações.